

Maioria dos promotores é homem, branco e progressista

Estudo inédito feito pela Unicamp, Unirio e UFMG mostra perfil de membros do MP no País

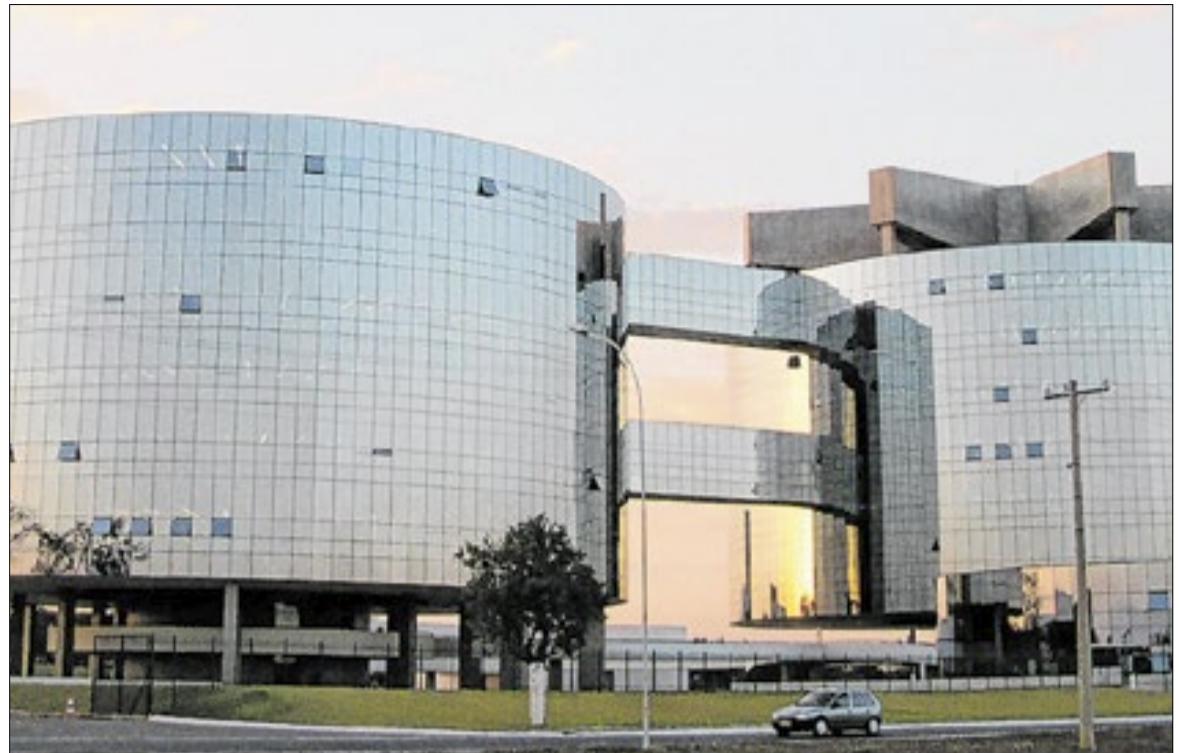
Um levantamento inédito sobre o perfil dos integrantes do Ministério Público (MP) descobriu que esses profissionais, em relação a muitos assuntos, adotam posturas progressistas: apoiam o casamento homoafetivo, rejeitam a criminalização de mulheres que interrompem a gestação e defendem a adoção de cotas raciais no serviço público. No entanto mostram-se divididos quanto a temas como a descriminalização das drogas, a redução da maioridade penal e as privatizações.

Os dados integram a pesquisa “Quem são e o que pensam os(as) integrantes do Ministério Público no Brasil?”, assinada por Ludmila Ribeiro, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Fábio Kerche, da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), e Oswaldo E. do Amaral, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O estudo também revelou que os membros do MP são, em sua maioria, brancos, do sexo masculino e casados. A maior parte vem de lares com alto grau de instrução, e 35% possuem parentes que exerceram atividades na área jurídica, o que indica a continuidade de uma tradição familiar.

O estudo resulta de uma pesquisa nacional realizada entre agosto e outubro de 2024, com a participação de 2.054 integrantes do Ministério Público, configurando uma das maiores amostragens já obtidas sobre o perfil dessa categoria profissional no país. A publicação oferece um panorama abrangente e atualizado de uma instituição central para o funcionamento do sistema de Justiça, a garantia de direitos fundamentais e o equilíbrio entre os poderes no Estado Democrático de Direito.

Entre os principais achados, o levantamento aponta a predominância de homens (60,7%) e de



Prédio da Procuradoria Geral da República, sede do MPF: homens brancos predominam no MP

pessoas que se identificam como brancas (76,7%) entre os membros do Ministério Público. A maioria dos respondentes ingressou na carreira após a promulgação da Constituição de 1988, período que marcou a ampliação das atribuições e da autonomia institucional do MP. O estudo também evidencia a influência do ambiente familiar no acesso à carreira jurídica: mais de um terço dos entrevistados declarou ter parentes que atuaram na área do Direito, indicando a reprodução de trajetórias profissionais ao longo de gerações.

Além do perfil sociodemográfico e profissional, a obra traz um mapeamento inédito das opiniões de promotores e procuradores sobre temas centrais do debate público contemporâneo. Questões como políticas de cotas raciais, casamento homoafetivo, aborto, legalização das drogas, redução da maioridade penal e pena de morte foram incluídas

no questionário. Os resultados indicam posições majoritariamente progressistas em pautas relacionadas a direitos civis e ações afirmativas, ao mesmo tempo em que revelam divisões significativas em temas como a descriminalização das drogas e a redução da maioridade penal.

A pesquisa contou com a contribuição direta da Universidade Estadual de Campinas por meio do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop), vinculado à Unicamp. Diretor associado do centro, Oswaldo E. do Amaral foi responsável pelo desenho metodológico e pela aplicação do questionário, enviado aos quase 13 mil membros do Ministério Público registrados na Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). As respostas vieram de todas as unidades da federação, o que, segundo o pesquisador, permitiu a construção do primeiro retrato realmente representativo

da categoria em escala nacional.

Para Amaral, compreender quem são e como pensam os integrantes do Ministério Público é fundamental, já que se trata de agentes com elevado poder decisório. “O estudo permite um primeiro raio X sobre os valores e percepções de atores que influenciam diretamente o funcionamento do sistema de Justiça”, avalia. Ele lembra que episódios recentes da história institucional do país evidenciaram o peso das decisões individuais tomadas no âmbito do MP.

O levantamento também atualiza dados de pesquisas anteriores incorporando um conjunto amplo de questões sobre opiniões e valores. Os resultados mostram mudanças nas prioridades de atuação. Em 2016, o combate à corrupção aparecia como prioridade para cerca de 60% dos entrevistados; na pesquisa atual, esse índice caiu para 42%, embora continue elevado.

Campinas abre chamamento público para interessados em trabalhar no Carnaval

A Prefeitura de Campinas, por meio da Serviços Técnicos Gerais (Setec), abriu nesta terça-feira, 13 de janeiro, o chamamento público para o licenciamento de vendedores ambulantes interessados em comercializar produtos durante o Pré-Carnaval e o Carnaval de Rua 2026. A iniciativa visa organizar e regularizar a atuação dos comerciantes nas vias, praças e demais locais públicos do município durante os festejos.

No total, serão disponibilizadas 160 autorizações especiais, sendo 60 vagas para o Pré-Carnaval e 100 para o Carnaval, contemplando a comercialização de bebidas, alimentos e souvenirs ao longo dos desfiles dos blocos. Para o Pré-Carnaval de Rua 2026, que acontece nos dias 31

de janeiro, 1, 7 e 8 de fevereiro, o período de inscrições será de 19 a 23 de janeiro de 2026. Já para o Carnaval de Rua 2026, realizado entre os dias 13 e 17 de fevereiro, os interessados poderão se inscrever no período de 2 a 6 de fevereiro de 2026.

Cada autorização será válida para todo o período dos desfiles correspondente à modalidade escolhida, não sendo permitida a inscrição parcial por datas.

Segundo o presidente da Setec, Enrique Lerena, o chamamento é uma forma de garantir organização, segurança e oportunidades de trabalho durante um dos eventos mais populares da cidade. “O objetivo da Setec é assegurar que o Carnaval aconteça de forma organizada, oferecendo oportunidade para



Carnaval de Rua: inscrições de 2 a 6 de fevereiro

os ambulantes trabalharem de maneira regularizada, com regras claras e respeito ao espaço público”, destacou. Todas as informações detalhadas como número de vagas por atividade, valores

da Setec, por meio do Edital de Chamamento Público nº 01/2026 e seus anexos.

Os interessados devem acessar o edital, conferir os requisitos e realizar a inscrição dentro do prazo estabelecido para garantir a participação nos festejos do Carnaval de Rua 2026.

Bares e restaurantes

Todos os bares e restaurantes devem estar com o alvará de uso devidamente regularizado. A Prefeitura de Campinas alerta que estabelecimentos que não apresentarem o documento poderão ser lacrados. Os estabelecimentos que desejarem funcionar além das 22h precisam solicitar o alvará de horário especial, que autoriza o funcionamento com fechamento previsto até 2h.